

Santa Catarina vai emitir mais títulos

■ Senado autoriza rolagem de R\$ 33 milhões da dívida mobiliária, com argumento de que outros estados tinham sido beneficiados

ANGÉLICA WIEDERHECKER

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem a emissão de cerca de R\$ 33 milhões em títulos, para a rolagem da dívida mobiliária de Santa Catarina, em regime de urgência e contra parecer do Banco Central.

O pedido chegou à comissão na manhã de ontem e a falta de tempo levou o relator da proposta, senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), a propor a votação do projeto com base apenas em relatório oral. A ideia causou polêmica, já que uma das recomendações que deverão fazer parte do relatório final da CPI dos Precatórios é a necessidade de análise mais detalhada de projetos que tratem de emissão de títulos estaduais e municipais.

Esta foi a segunda vez, em apenas uma semana, que a CAE aprovou um projeto de rolagem rapidamente. Há poucos dias, a comissão aprovou a rolagem da dívida mobiliária de São Paulo, após tramitação de apenas uma semana. Mesmo gerando debate na comissão e no plenário, os dois projetos foram aprovados. “Com esse tipo de comportamento, vai ser difícil Santa Catarina voltar a ser santa”, ironizou o senador Esperidião Amin (PPB-SC). A sessão da CAE foi suspensa por cerca de três horas, permitindo que Kleinubing preparasse um relatório escrito, que acabou sendo aprovado.

Ao justificar a pressa na votação da operação, Kleinubing argumentou que seu estado não tem recursos em caixa para arcar com o resgate dos papéis, que vencem em 1º de abril. Ele lembrou que o Senado não terá sessões deliberativas na próxima semana. “Não há nada demais nessa operação de rolagem, que foi aprovada para os demais estados. Santa Catarina não poderia ser injustificada, recebendo tratamento diferenciado.”

Apesar de defenderem a urgência na aprovação da proposta, tanto Kleinubing quanto o presidente da comissão, senador José Serra (PSDB-SP), reconheceram que a

tramitação em curto espaço de tempo não é adequada. “Não é o ideal, mas essa é uma fase de transição”, disse Serra.

Ele lembrou que os acordos de reestruturação das dívidas estaduais junto à União vão dispensar os governadores da necessidade de rolá-las. Pelo modelo acertado entre os estados e o governo federal, os títulos estaduais serão substituídos por papéis federais com prazo de 30 anos.

Kleinubing justificou a aparente contradição entre sua posição de ontem na CAE e as críticas constantes que faz à rápida aprovação da emissão de títulos estaduais, argumentando que não se pode exigir tramitação diferenciada, antes de serem estabelecidas novas regras. Ele pretende apresentar um projeto de resolução, fixando o prazo mínimo de tramitação de 30 dias, além de audiências com prefeitos e governadores, para que justifiquem os pedidos de emissão.

Parecer do BC — Como ocorre com quase todos os projetos de rolagem que passam pela CAE, foi desconsiderada a recomendação do Banco Central (BC), no sentido de que o estado rolasse valor inferior ao pleiteado. O BC, que elabora pareceres sobre todos os pedidos de emissão, recomendou uma rolagem de apenas 80,78% da parcela da dívida mobiliária que está para vencer. A CAE aprovou a rolagem de 98%.

Além disso, o BC mostrou que o comprometimento de receita do estado com pessoal — 79,36% — está acima do previsto na Resolução 69 do Senado, que trata dos limites de endividamento de estados e municípios. Nesses casos, o Senado tem de abrir exceção à resolução. “Este é o procedimento-padrão, adotado para todos”, alegou Kleinubing.

Os senadores decidiram, no entanto, a pedido de Esperidião Amin, que ficasse de fora da autorização a emissão de cerca de R\$ 37 milhões, para honrar outra parcela da dívida catarinense, que vence a 1º de maio. “Vamos nos ater ao que é urgente”, argumentou Amin.



O governador Paulo Afonso (sentado à frente de Jereissati, Britto e Albano Franco) alegou que dívida estadual está prestes a vencer